

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO



FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA  
(ORGANIZADOR)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

.....

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA  
(ORGANIZADOR)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Ciências humanas: diálogo e política de colaboração

**Diagramação:** Daphynny Pamplona  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Fabiano Eloy Atílio Batista

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: diálogo e política de colaboração /  
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa  
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0046-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.462222403>

1. Ciências humanas. I. Batista, Fabiano Eloy Atílio  
(Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Estimados leitores e leitoras;

Sendo cada vez mais necessária, a transdisciplinaridade se configura como um requisito epistemológico, uma vez que o que buscamos compreender, problematizar e analisar não se limita, estritamente, a uma única área do saber. É preciso “sacudir” as estruturas e apontar caminhos múltiplos para se pensar o mundo ao nosso redor.

Assim sendo, por meio de uma abordagem transdisciplinar a obra **Ciências humanas: Diálogo e política de colaboração**, propõe uma discussão, crítica e contemporânea, entre diversos campos do saber, buscando expandir os horizontes acerca das correlações das Ciências Humanas com diversas outras disciplinas.

Neste sentido, ao longo de 17 capítulos podemos vislumbrar discussões que abordam as temáticas sobre juventude, feminilidades, saúde, política, educação, sociedade, dentre outras que se configuram como mecanismos para compreensão das dinâmicas sociais, a nível nacional e internacional.

Especialmente a partir deste atual cenário social e político que vivenciamos, as reflexões realizadas na coletânea **Ciências humanas: Diálogo e política de colaboração** se tornam fundamentais para se pensar sobre o(s). lugar(es). que as Ciências Humanas têm ocupado diante das diversas perspectivas de compressão sobre o mundo e sobre as formas de compreendê-lo e melhorá-lo. Trazendo à tona, por conseguinte, discussões necessárias para tencionar reflexões sobre o mundo contemporâneo.

Para tanto, esperamos que essa coletânea de textos possa se mostrar como uma possibilidade discursiva e reflexiva para novas pesquisas e novos olhares sobre os objetos das Ciências Humanas em consonância com outras áreas do saber.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atilio Batista

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A JUVENTUDE E SUA RELAÇÃO COM TRABALHO E EDUCAÇÃO

Samille Schmid Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224031>

### **CAPÍTULO 2..... 14**

INCLUSÃO DE JOVENS RURAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL POR MEIO DA CONFIGURAÇÃO DA FERRAMENTA WEB 2.0 E DA REDE SOCIAL

Miguel Gregorio Argote Salgado

Víctor Enrique Macías-Villamizar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224032>

### **CAPÍTULO 3..... 19**

A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Luzinete de Souza Oliveira

Solange Aparecida Bolsanelo Merlo

Camila Bruschi Tonon

Larissy Alves Cotonhoto

Lucyana Veríssimo Pascoal Costa

Anderson José Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224033>

### **CAPÍTULO 4..... 30**

SOFRIMENTOS SOCIAIS; REFLEXOS DO PERÍODO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA TRATAMENTO DA HANSENÍASE NO BRASIL

Thiago Pereira da Silva Flores

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224034>

### **CAPÍTULO 5..... 41**

EDIPO MITO-LÓGICO

Marcelo A. Frazzetto

Rosario-Santa Fe-Argentina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224035>

### **CAPÍTULO 6..... 47**

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES EM PERÍODOS DE TRANSIÇÃO: UM ESTUDO COMPARADO

Laura Dantas de Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224036>

### **CAPÍTULO 7..... 63**

TOLERÂNCIA ZERO NO ESPÍRITO SANTO E A SELETIVIDADE PENAL CAPIXABA

Renan Subtil Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224037>

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
OS IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS E DE SAÚDE DA COVID-19 NOS PAÍSES NÃO DESENVOLVIDOS E OS DESENVOLVIDOS	
Maria José Oliveira Vieira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224038">https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224038</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>85</b>
LA PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA SIMBÓLICA. UNA MIRADA DESDE TEORÍA DE LA SUBJETIVIDAD	
Lisbet Teresa Pérez Salina	
Dalia Portuondo Kindelán	
Reynaldo Vega Chacón	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224039">https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224039</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>93</b>
LOS ANDROIDES YA SUEÑAN CON HUMANOS ARTIFICIALES	
Daniel Román March	
Marcos Llanos Nieto	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240310">https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240310</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>98</b>
QUATRO FACES: AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO MITO DE RAGNARÖK	
Angela Albuquerque de Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240311">https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240311</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>112</b>
A BUCÓLICA X DE VIRGÍLIO ENTRE O AMOR BUCÓLICO E O ELEGÍACO: UMA CRÍTICA EPICURISTA DO AMOR DESMEDIDO	
Amanda Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240312">https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240312</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>116</b>
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PROTEÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	
Claudia Maria Prudêncio de Mera	
Denise Tatiane Girardon dos Santos	
Domingos Benedetti Rodrigues	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240313">https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240313</a>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>126</b>
EDUCAÇÃO FINANCEIRA POR MEIO DE MODELAGEM MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO	
Mariana Thais Garcia	
Tiago Emanuel Klüber	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240314">https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240314</a>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>132</b>
PROCESSO DE ANÁLISE DE DESEMPENHO PROFISSIONAL Juliana Carneiro Rodrigues André Ribeiro da Silva  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240315">https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240315</a>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>143</b>
CONHECER A PAISAGEM ATRAVÉS DA BANDA DESENHADA Miguel Castro  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240316">https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240316</a>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>159</b>
VIAGENS: TURISMO CULTURAL COMO DISPOSITIVOS DE APRENDIZAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA Talita Fontes Miranda  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240317">https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240317</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>166</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>167</b>

# CAPÍTULO 3

## A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*Data de aceite: 01/02/2022*

*Data da submissão: 20/01/2022*

### **Luzinete de Souza Oliveira**

Instituto Federal do Espírito Santo.  
Vitória, Espírito Santo <http://lattes.cnpq.br/5480647737807280>

### **Solange Aparecida Bolsanelo Merlo**

Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória,  
Espírito Santo  
<http://lattes.cnpq.br/8635963250375723>

### **Camila Bruschi Tonon**

Instituto Federal do Espírito Santo.  
Vitória, Espírito Santo <http://lattes.cnpq.br/0032181060106594>

### **Larissy Alves Cotonhoto**

Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória,  
Espírito Santo  
<http://lattes.cnpq.br/5973420305050319>

### **Lucyana Veríssimo Pascoal Costa**

Prefeitura Municipal de Cariacica, Cariacica,  
Espírito Santo  
<http://lattes.cnpq.br/7917178862578996>

### **Anderson José Silva**

Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória,  
Espírito Santo  
<http://lattes.cnpq.br/2011699904574795>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão a respeito do que apontam as pesquisas sobre a trajetória das pessoas com

deficiência ao longo da história da humanidade. Desta forma, buscamos trazer as informações mais relevantes sobre o percurso desses indivíduos na sociedade e como o mesmo tem se configurado ao longo dos anos e no momento atual. Ao longo do trabalho discutimos os valores atribuídos a estes sujeitos com o passar dos anos, podendo notar que tais valores variam de acordo com o contexto histórico, cultural e social de cada grupo. De forma mais sucinta, apresenta-se o movimento legislativo onde tange o trato dessas pessoas. Conclui-se que muitos foram os avanços alcançados ao longo da história, no entanto, muito ainda há de se discutir a fim de que sejam garantidos a estes cidadãos todas as prerrogativas que lhes assegura a lei. Ao final abrimos um pequeno espaço para explanar acerca da história da pessoa com deficiência no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** História. Pessoa com deficiência. Considerações.

### THE HISTORY OF THE DISABLED PERSON: SOME CONSIDERATIONS

**ABSTRACT:** This work aims to reflect on what research on the trajectory of people with disabilities throughout the history of humanity points out. In this way, we seek to bring the most relevant information about the path of these individuals in society and how it has been configured over the years and at the present time. Throughout the work we discussed the values attributed to these subjects over the years, being able to notice that such values vary according to the historical, cultural and social context of each group. More succinctly, it presents the legislative

movement that deals with the treatment of these people. It is concluded that many advances have been made throughout history, however, much remains to be discussed in order to guarantee these citizens all the prerogatives that the law assures them. At the end, we open a small space to explain about the history of people with disabilities in Brazil.

**KEYWORDS:** History. Disabled person. Considerations.

## INTRODUÇÃO

As diferenças sempre existiram em nosso meio, sejam elas entre homens e mulheres, de etnia, classes ou grupos sociais. Embora haja situações em que a diferença é vista como forma muito positiva e como fonte de aprendizagem, esta visão não se aplica com relação às diferenças existentes entre os grupos de minorias desfavorecidas socialmente.

Nota-se um vasto leque de história de exclusão e segregação social com relação às minorias sejam elas negras, indígenas homossexuais e etc. O “diferente” ao longo das civilizações, em sua maioria, sempre foi visto com estranheza, pois tudo aquilo que é diferente ou desconhecido geralmente é suscetível de provocar tais sensações nas pessoas como nos afirma Souza (2015, p 27 citando Figueira, 2008, p.26). “[..] o processo de segregação social [...] apoia-se no tripé de preconceito, estereótipo e estigma. [...] todos estes elementos foram construídos a partir do desconhecimento [...] que é a matéria-prima da segregação”.

Quanto aos indivíduos com deficiência, ao longo dos séculos nota-se um vasto percurso de preconceito e discriminação, chegando ao abandono e extermínio.

Segundo Aranha (2005). a atenção destinada a estas pessoas tem sido caracterizada pela segregação e, por conseguinte á exclusão. Esta situação tem apresentado sob os mais diversos argumentos, alternando de acordo com o período histórico e a sociedade envolvida. “No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência.” (ARANHA, 2005, p. 5).

De modo geral a busca por inclusão dessas pessoas tem sido uma luta recente. Quando nos voltamos ao âmbito educacional temos Declaração de Salamanca (1994). como um marco desta busca no que tange as questões inclusivas na educação. Embora, todo o discurso de educação de qualidade para todos os indivíduos o que percebemos na sociedade atual é que esta prerrogativa não se aplica a todos de fato, os indivíduos categorizadas pessoas com deficiência enfrentam diariamente diversas barreiras: urbanísticas; arquitetônicas, atitudinais e tecnológicas. (BRASIL, 2015).

Embora os inúmeros avanços na legislação da Educação Especial Inclusiva, há muito ainda por se fazer para que de fato possamos alcançar mudanças significativa no que se refere à representação social dessas pessoas.

## A HISTÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM PERCURSO DE SEGREGAÇÃO E PRECONCEITO

Quando analisa-se ao longo da história a pessoa com deficiência tomando como base a era Neolítica (cerca de oito mil anos antes de Cristo), sabemos que as condições físicas eram determinantes para a existência da vida humana, uma vez que o ser humano precisava contar com um físico “perfeito” sem “anomalias” para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e auxiliar o grupo nesta questão. O ambiente era hostil e variadas eram as situações de ameaça, uma vez que o homem ocupava naquela situação a posição de presa. Deste modo, aqueles que não portavam as características necessárias a manutenção da vida de si e do grupo era isolado dos demais.

Na era Neolítica [...] a pessoa que possuía algum tipo de deficiência, especialmente física, visual ou mental, que a impedisse de realizar as atividades primárias de produção e de sobrevivência do grupo ou dela própria, era abandonada “a sua própria sorte”, sendo excluída do convívio dos demais.” (SOUZA, 2015, p. 28).

No entanto, quando o estado de deficiência estava ligado a mente a questões neurológicas e não visivelmente física, este estado era visto com embasamentos místicos voltados a questões das divindades. Souza (2015, p. 29). enfatiza que “[...] o entendimento desse processo era a partir de uma visão mística, mítica ou divina, pois se tratava de questões ligadas aos espíritos da natureza.”.

Com o surgimento das primeiras civilizações, podemos notar algumas singularidades ao trato as pessoas com deficiência. Em algumas, os mesmos eram vistos como um erro da natureza e que logo deveria ser eliminado, já em outras estas pessoas eram vistas como passível de alguma utilidade e como aptas a exercer algumas funções dentro da sociedade. Temos como exemplo disso a Civilização Egípcia que de certa forma não segregavam de maneira tão determinante como geralmente ocorria em outras civilizações.

Na Civilização Egípcia (período de 3.200 a 1.100 a. C). as pessoas que possuíam o corpo lecionado, disformes ou com problemas relacionados à mente não eram totalmente segregadas, rotuladas ou sofriam preconceito. Elas transitavam entre as classes sociais já existentes e constituídas, e ocupavam alguns cargos públicos conforme a lesão, adquirida congenitamente ou ocasionada por acidentes. O interessante nesta civilização encontra-se no processo de aceitação das pessoas que sofriam nanismo: os anões eram contratados como empregados em casas de altos funcionários, situação que lhes permitia honorárias e funerais dignos.” (SILVA, 1987, citado por SOUZA, 2015, p. 29).

Nota-se assim, que na civilização citada, alguns deficientes poderiam alcançar algum grau de ascensão social, como os indivíduos com nanismo por exemplo. Aqueles com outras especificidades poderiam também ser utilizados em outras atividades.

Acredita-se que tal postura de tolerância frente a tais indivíduos, justifica-se pela formação social e política que carregavam como base a religiosidade e a crença na vida

pós-morte. Outra questão digna de nota é que nesta sociedade era significativamente desenvolvida no campo medicinal o que a difere das outras civilizações de mesmo período histórico, o que talvez possa justificar esta tolerância.

Em suma, a civilização egípcia possuía uma postura de tolerância no convívio com as pessoas que possuíam algum problema em sua estrutura corporal ou mental. Provavelmente essa aceitação ou tolerância era devido a própria formação do pensamento político e social dessa civilização, baseada na teocracia e no escravismo de outros grupos sociais, e de sua preocupação com a vida pós-morte.

Outro elemento a ser considerado nessa sociedade encontra-se no fato de que na civilização egípcia o estudo da medicina foi desenvolvido.

Diferentemente de outros povos existentes na mesma época, a civilização egípcia se preocupava com a higiene. (SOUZA, 2015, p.30).

Se por um lado tínhamos a Civilização Egípcia na qual as pessoas com deficiência tinham uma condição de aceitação, por outro temos a Civilização Grega e particularmente em Esparta em que a pessoa com deficiência não tinha qualquer oportunidade de ascensão, as crianças nascida com alguma deformidade eram logo assassinadas, uma vez que não atendia às exigência de “perfeição” apreçados pela sociedade em questão. Tal prática era muito comum e não era visto como algo criminoso, cruel ou desumano (até mesmo porque tais valores estavam agregados a sociedade atual e não naquele contexto). geralmente era a própria família a encarregada de eliminar o recém-nascido.

Na Grécia Antiga, em especial na cidade espartana temos um grupo completamente voltado para os serviços militares. Os cidadãos desde muito cedo eram educados para a arte da guerra. Desta forma, todos os cidadãos ao nascerem deveriam apresentar aparência física que atendesse as expectativas de uma criança sã e forte e que viria a ser um adulto completamente propenso à guerra.

Na civilização grega, [...] as pessoas com deficiência eram exterminadas ou escondidas por representarem uma fragilidade de uma nação que necessitava de vigor física (representado por um corpo são), para expandir seus domínios por meio de batalhas e guerras travadas com outros povos ou civilizações. (SOUZA, 2015, p. 31).

Algo muito interessante neste período no que tange ao tratamento dado às pessoas com deficiência era que, ao nascer o sujeito que apresentava alguma anomalia era logo eliminada, no entanto esta mesma sociedade foi a precursora a prestar cuidados e atenção às vítimas de mutilação pós-guerra.

[...] contraditoriamente a política de extermínio e de ocultar pessoas com deficiência do seio da sociedade helênica, foi na Grécia que se organizou as primeiras formas primárias de assistência (médico e assistencial). aos guerreiros que se tornavam incapacitados para uma vida produtiva devidos às sequelas deixadas pelas guerras travadas com outros povos. (SOUZA, 2015, p. 32).

Quanto a Roma antiga, não se tem muitos registros no que se relaciona ao trato dessas pessoas, embora os poucos registros é possível afirmar que este tratamento não se difere de forma significativa da maioria das outras civilizações, ficando a critério da família prestar assistência ou executar o sujeito deficiente. Quando era oferecido a este o direito de sobrevivência o mesmo vivia de maneira segregada e até humilhante, Silva (1978 citado por Garcia, 2011, p. 53). “[...] cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidas com má formação eram também [...] ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis, bem como a atividade dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes. ”.

Como citado nos relatos, a forma como os grupos sociais tratavam as pessoas com deficiência variava muito de acordo com cada cultura, contexto social e período histórico vigente.

Vemos este histórico maçante de preconceito e segregação corresponde a uma era que surge por volta da Grécia Antiga, diante de seu ideal de perfeição e percorre até aproximadamente o século XVI com o advento do humanismo.

[...] podemos observar que os registros que datam de aproximadamente quarenta mil anos atrás sugerem que os cuidados direcionados aos deficientes já existiam em períodos primitivos da humanidade. [...] o deficiente participava da vida social, desde que sua condição não fosse limitada para tal [...] ( Lopes 2013, p. 14,).

Nota-se que em tempos primitivos a condição para segregar ou não estava na condição de que o indivíduo tinha de proteger a si e ao grupo pois era questão de sobrevivência e não questão de ser diferente dos demais. Conclui-se assim, que este longo processo de exclusão, preconceito e discriminação também foi historicamente construído.

Na era medieval com a propagação do cristianismo que pregava ideias de bondade e compaixão este indivíduo passou a ter uma alma, e dessa forma cabia-lhe, portanto, um outro tratamento, uma vez que se pregava o amor ao próximo como condição para a salvação. Desde modo “saímos” de uma política de extermínio para uma de assistencialismo. No entanto aquelas pessoas com doenças de trato psíquicos eram exorcizadas e muitas condenadas à fogueira, durante a era da inquisição, como forma de exterminar o “ espírito maligno de possessão”.

[...] com a influência do cristianismo que pregava mensagens de amor, fraternidade e paz entre os homens, as pessoas que apresentavam lesões, deformidades ou anomalias em seus corpos, apesar de terem suas “imperfeições” corporais (associadas e) justificadas pelos “pecados” praticados em sua vida). eram vistas como sujeitos que mereciam a prática de caridade, pois segundo os mandamentos bíblicos, o correto para se ganhar o reino do céu era “ amar a teu próximo como a ti mesmo.” As pessoas com deficiência e\ ou doença mental foram atribuídas às possessões demoníacas devido a prática de feitiçaria e que foram alvo de conversão e aniquilação na inquisição da igreja católica durante alguns séculos. (SOUZA, 2015, p. 32-33).

Por volta do século XVI com o Desenvolvimento da ciência, em especial no campo da medicina, pode-se observar alguns avanços mais significantes com relação ao tratamento oferecidos a estas pessoas, como veremos no tópico a seguir.

## **OS PRIMEIROS AVANÇOS NO QUE TANGE ÀS QUESTÕES INCLUSIVAS**

Com o advento do renascimento por volta do século XVI ao XVIII as ideias deixaram de ser de teor teocêntrico e passaram a vigorar dentro de explicações de cunho mais científicos. Esta transição entre a idade das trevas (período medieval). para era das luzes ( período renascentista). foi de suma importância no que diz respeito às condições das pessoas com deficiência, uma vez que se desvinculou de explicações místicas, religiosas que era aplicadas as pessoas com transtornos mentais e passou a pautar-se em explicações científicas.

A partir do século XVI, durante o movimento renascentista, com o surgimento da ciência e a especialização da medicina, os médicos tentavam explicar, dentro de uma visão racionalista [...] as causas da deficiência [...] a partir da relação com a estrutura cerebral. [...] houve uma separação de uma visão “sobrenatural” da deficiência para uma visão científica. (SOUZA, 2015, p. 36).

Foi neste período que surgiram os primeiros “centros de tratamento” psiquiátricos, que mais funcionava como uma espécie de centro de detenção que “habilitação”, já que ali eram aprisionados todos os tipos de indivíduos que não atendiam aos preceitos ditos normais dentro da sociedade.

A partir daquele século se iniciou o processo de institucionalização da pessoa com deficiência intelectual em prisões, asilos, ou hospitais psiquiátricos juntamente com outros sujeitos sociais considerados de alta periculosidade e marginalizados. (SOUZA, 2015, p. 36).

A partir do século XX surgiu o modelo biomédico da deficiência, os diagnósticos passaram a ser dado baseado em conceitos pertencentes ao mundo da medicina, no caso dos deficientes mentais ou psíquicos o diagnóstico era fundado em aspectos apenas neuropatológicos, desconsiderando as condições externas de trato de social.

Os sistemas classificatórios orientam-se pela visão organicista, que considera a deficiência intelectual como um dano corporal de origem biológica, portanto naturalista, cuja avaliação e diagnóstico seguem critérios e padrões de normalidade estabelecidos historicamente pela cultura. Por sua vez, o dano é entendido como permanente, devendo ser tratado clinicamente e sujeito às autoridades biomédicas e psicológicas.(CARVALHO, 2010, p. 4).

Este modelo de categorização tem sido responsável em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes.

Em contraposição ao modelo puramente biológico de diagnóstico da deficiência surge em 1960 o modelo social da deficiência, que leva em consideração as condições sociais de interação do indivíduo, trata-se de um diagnóstico mais humanizado, pois

compreende o indivíduo como cidadão de direito e se pauta na premissa que para além de questões genéticas ou patológicas todo sujeito é um ser histórico e cultural e, portanto reflexo do meio no qual está inserido.

Tal modelo tem como premissa a responsabilidade do estado e da sociedade quanto à ascensão desse sujeito, uma vez que portador de direitos e como todo ser humanos passível de aprendizagem é dever social e do Estado inseri-lo ao meio, não transferindo assim a responsabilidade de inclusão social para o próprio indivíduo ou para a sua família, como no modelo biomédico, sendo o Estado o principal responsável por incluí-lo.

O modelo social visa à transformação das condições sociais, mediante políticas públicas inclusivas. [...] As intervenções são realizadas na esfera atitudinal e na provisão de acessibilidade nas construções e espaços urbanos, nos transportes, nas diversas formas e sistemas de comunicação, de informação, assim como acesso à tecnologia assistiva. (MAIOR, 2015, p. 02).

No entanto, se obtivemos progressos quando adotamos o modelo social de deficiência como o mais adequado para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária por outro lado..

Algumas corporações que se firmaram pelo atendimento discriminatório e excludente de pessoas com deficiência relutam em reconhecer o Modelo Social, [...] O ultrapassamento exigido pelo Modelo Social dá poderes às pessoas com deficiência, as quais passam a definir o curso de sua escolarização, do seu trabalho, dos tratamentos a que estão sendo submetidos, enfim da sua vida como cidadãos.”(MANTOAN ,2017, p.40).

Com o advento da Revolução Industrial no século XVIII, o capitalismo industrial firmou-se em nossa sociedade, sabemos que tal modelo é uma “seleção natural” em que temos aquelas pessoas saudáveis, vivais, “perfeitos” e aptos a enfrentarem horas a fio de trabalho nas indústrias e aqueles que fisicamente ou mentalmente não atendem a este perfil de trabalhador, ficando portanto, a margem deste contexto, uma vez que não se encaixam a seus requisitos básico de força e perfeição.

Se em sistemas anteriores a condição do deficiente físico era marcada por um histórico de exclusão e discriminação, o que se dizer então do sistema capitalista que se intensificou por volta do século XVIII, e que traz em seu âmbito o ideal de competitividade e expande o processo de desigualdade, tal sistema tende a cada vez mais intensificar tal processo de exclusão Souza ( 2015, p. 43). “.. as pessoas com algum tipo de deficiência, inclusive a intelectual, foram renegadas e discriminadas por não apresentarem a eficiência exigida na nova formação e organização do trabalho.”

Seguido a Revolução Industrial surgiram diversas lutas por melhores condições de trabalho, a busca por direitos, e conseqüentemente por uma melhor condição de vida.

Por volta do século XIX com a propagação das ideias de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” passou-se a pensar na perspectiva de igualdade para todos, entre estes os

deficientes Souza (2015, p. 45). “No que se refere à pessoa com deficiência, em especial a intelectual, o processo de reconhecimento e garantia de seus direitos sucedeu-se paulatinamente durante os séculos subsequentes ao século XVIII.”

No século XX surge a Organizações das Nações Unidas (ONU). igualmente também nascia outras organizações que visavam promover melhores condições de vida a humanidade.

Pós Segunda Guerra mundial surgiu a Declaração Universal dos direitos Humanos e em 1971 cria-se a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental.

Em 1994 temos a Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca na Espanha, tal documento visa assegurar às pessoas com deficiência políticas educacionais dentro de uma proposta inclusiva.

Junto a estes, inúmeros outros movimentos, decretos e leis foram articulados, buscando reafirmar o direito das pessoas com deficiência. É nítido que temos ainda um longo caminho a percorrer, mas de modo geral podemos dizer que a sociedade tem caminhado, embora a passos letos, rumo à inclusão.

## **AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A história da deficiência no Brasil não se difere muito de outras regiões de mesmo período histórico.

Podemos afirmar que as políticas sociais brasileiras voltadas para as pessoas com deficiência são recentes. As primeiras “aparições” tratam-se mais de medidas de cunho assistencialistas e ligados à igreja católica.

Somente a partir do século XIX é que podemos ver alguns escritos de cunho legislativo neste sentido e como nas demais regiões os diagnósticos eram pautados em modelos médicos organicistas.

O tratamento da pessoa com deficiência durante a colonização do Brasil seguiu os moldes do seu colonizador europeu, Portugal, com ações de segregação devido aos preconceitos criados. [...] Durante o período colonial e imperial poucas, ou quase nulas, foram as ações assistenciais realizadas pelos monarcas da Coroa Portuguesa a pessoas com deficiência de todos os tipos. A responsabilidade de cuidar [...] será atribuída a igreja católica [...] o Estado não assumiu a responsabilidade. (SOUZA, 2015, p. 53).

No século XIX, foi criado por Dom Pedro II o primeiro Instituto de Cegos, denominado “Imperial Instituto dos Meninos Cegos” mais tarde intitulado de “Instituto Benjamin Constant” sendo um marco na história brasileira no que tange às ações promotoras pensando no âmbito do deficiente.

As pessoas com deficiência neurológicas seja ela mental ou cognitiva, cabe-nos esclarecer que neste período ainda não havia uma distinção entre pessoas com doença mental e deficiência intelectual, todos recebiam o mesmo diagnóstico médico-organicista e

eram passíveis das mesmas intervenções médico-hospitalar.

Neste período havia os internatos em que as pessoas eram segregadas, para receber o “tratamento”, tal ato seria também uma forma de limpar a sociedade.

No início do século XIX começou-se a pensar na possibilidade da educabilidade destas pessoas por meio de ações médico-pedagógicas, os centros psiquiátricos que outrora funcionavam apenas como centro de tratamento de doenças, e passou a utilizar algumas intervenções pedagógicas. Segundo afirma Souza (2015, p. 55). “[...] inicia-se o processo de educação especializada dentro dos pavilhões dos centros ou hospitais psiquiátricos no Brasil, entre as décadas de 1920 a 1950”.

A partir da década de 50 a 70 foi atribuída às instituições filantrópicas a responsabilidade de educar estas pessoas, foi quando surgiram as APAE’S e as Pestalozzis.

Sociedades Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, criadas respectivamente em 1935, em Belo Horizonte/MG, e em 1956, na cidade do Rio de Janeiro, tornando-se as pioneiras nos trabalhos pedagógicos e de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência intelectual. (SOUZA, 2015, p. 55).

Em 1980 foram criados escritos legislativos nos quais visavam garantir os direitos das pessoas com deficiência, passamos a ter campanhas inclusive televisionadas as quais buscavam conscientizar a sociedade, de maneira a não só criar uma imagem positiva do deficiente, assim como desconstruir alguns mitos de incapacidade difundidos na sociedade ao longo dos anos.

Em 1988 tivemos na Constituição brasileira um inciso em especial tratando do direito destas pessoas. Nesta perspectiva Mantoan no esclarece que:

Não bastou, contudo, à nossa Constituição garantir, em seu artigo 208, inciso I, o direito indisponível do educando de igualdade de condições de acesso à escola e de permanência nela. O princípio constitucional foi além, acrescentando, no artigo 208, inciso V, o dever do Estado de assegurar a educação mediante o acesso aos seus níveis mais elevados de ensino, pesquisa e criação artística, segundo a capacidade de cada um. (MANTOAN, 2017, p.43).

Compreendemos que a constituição veio de certa forma “garantir os direitos de acesso e permanência” destas pessoas na escola regular, assim como também , esclarecer que os meios de ensino devem se adequar e criar estratégias que garantam a estas pessoas o direito à educação de forma que atenda as singularidades e particularidades de cada um.

Desconstruindo assim, a lógica equivocada de que é a pessoa com deficiência é quem deve se adequar ao meio, uma vez que é ela o diferente, o errôneo ou incapaz, tais ideias são pautados no princípio de homogeneidade da espécie humana.

Em 1991 tivemos a Lei nº 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). que cita o atendimento educacional especializado nas instituições de ensino. Em 2012 tivemos ainda a Lei Ordinária Federal nº 12.764 que trata da Política Nacional

de Proteção dos Direitos das pessoas com Transtornos do Espectro Autista, em 2014 o Plano Nacional de Educação (PNE), que na sua meta número 4, enfatiza universalização do ensino na Educação Básica e o Atendimento Educacional Especializado a todas os indivíduos de 4 a 17 pessoa com deficiência.

Vimos assim que o Brasil, também tem buscado políticas afirmativas no que se relaciona inclusão de pessoas com deficiência em todas as instâncias da sociedade.

Presenciamos vários avanços com relação à legislação com vistas à promoção da inclusão, no entanto mais que isso é preciso garantir a execução de tais leis. Infelizmente também, notamos que as leis têm caminhado rumo à inclusão, no entanto falta-nos ( muito). atitudes humanas inclusivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho oportunizou-nos acompanhar e discutir a trajetória das pessoas com deficiência ao longo da história.

Podemos notar que a concepção e o comportamento frente às pessoas com deficiência se diferem de acordo com o contexto histórico e social de cada período.

Vimos também que com relação a períodos remotos, poucos são os registros que possam trazer informações seguras acerca da forma como tratavam-se estas pessoas, no entanto é possível presumir que por volta de mil anos A.C se a pessoa conseguisse suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e auxiliasse na manutenção do grupo independente de sua condição física e mental, não era excluído da comunidade, somente quando o mesmo não era capaz de assumir tal função em que era destituído do convívio com seus pares.

Notamos ainda que nas civilizações antigas o trato que era dado ao deficiente se diferia entre elas, temos a egípcia, por exemplo, com práticas menos segregadoras e excludente e a Grécia Antiga que não prezava por estas pessoas.

Explanamos como surgiram os primeiros modelos de diagnóstico do deficiente primeiro o médico-patológico depois o social.

Por último fizemos um levantamento sobre o processo de inclusão social dessas pessoas por meios dos movimentos sociais e leis vigentes que buscam oferecer ascensão social a estas pessoas.

É possível notar no que diz respeito ao deficiente no Brasil, nosso contexto não se difere de forma substancialmente das demais sociedades de mesmo período histórico, no entanto caminha busca a uma sociedade mais inclusiva, tal afirmação é pautada com base nos movimentos legislativos e de seguridade dessas leis ao trato dessas pessoas.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: 2005. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 2 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 27 de dezembro de 1961, Brasília-DF, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001a.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>.

CARVALHO, Erenice Natália Soares de Carvalho. **Deficiência intelectual: Conhecer para intervir**, Brasília, 2010

GARCIA, Vinicius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do mundo**, Rio de Janeiro, 2011

LOPES, Gustavo Casimiro. **O preconceito contra o deficiente ao longo da história**, Rio de Janeiro, 2013.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência**, Rio de Janeiro, 2015

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições**, Brasília, 2017

SOUZA, Carlos Henrique Gomes. **Pessoa com deficiência intelectual- Desafios para a inclusão nas empresas do Polo Industrial de Manaus\AM**, 2011.

## ÍNDICE REMISSIVO

### SÍMBOLOS

1º Ciclo 144, 145, 151, 154

#### A

Amor 4, 23, 43, 112, 113, 114, 115

Análise de desempenho profissional 5, 132

Andróides 4, 93, 94, 97

Antropologia 31, 32, 111

Áreas rurais 14

#### B

Banda desenhada 5, 143, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Brasil 3, 4, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 40, 68, 73, 77, 79, 91, 116, 119, 120, 122, 124, 128, 129, 130, 131, 142, 162, 165

Bucólica X 4, 112, 113, 114

#### C

Ciências humanas 1, 2, 155, 166

Conflito armado 47, 52, 60

Conhecimentos tradicionais 116, 119, 120, 121, 123, 124

Covid-19 4, 12, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84

Cultura 4, 14, 15, 23, 24, 45, 71, 88, 89, 90, 95, 97, 99, 104, 105, 110, 118, 120, 124, 138, 150, 159, 160, 163, 165, 166

#### D

Diversidade 3, 120, 121, 123, 125, 128, 144, 155

#### E

Écloga 112, 113

Educação 2, 3, 4, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 12, 13, 20, 26, 27, 28, 29, 55, 56, 57, 59, 63, 66, 71, 74, 104, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 143, 144, 145, 148, 149, 154, 156, 157, 158, 163, 165, 166

Educação ambiental 4, 116, 117, 121, 122, 123, 124, 125

Educação financeira 4, 126, 128, 129, 130, 131

Educação matemática 126, 129, 131

Elegia 112, 113

Encarceramento 37, 40, 63, 69, 72, 73, 74

Ensino de história 5, 159, 160, 161, 163, 165

Epicuro 112, 113, 114

Era Viking 98, 99, 100, 101, 105, 110, 111

Escandinávia 98, 99, 104, 105, 107, 109

## **F**

Falo 41, 42, 43, 45, 46

Família 8, 11, 22, 23, 25, 48, 54, 103, 106, 108, 153

## **G**

Geografia 75, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 155, 157, 161

Globalização 5, 75, 132, 133

## **H**

Hanseníase 3, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40

História 3, 5, 5, 19, 20, 21, 26, 29, 36, 98, 100, 104, 108, 111, 131, 133, 144, 150, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

História cultural 98, 100, 159

## **I**

Inclusão 3, 8, 14, 20, 25, 26, 28, 29, 48, 56

Internação Compulsória 3, 30, 31, 33, 36, 39, 40

## **J**

Juventude 2, 3, 1, 2, 3, 4, 5, 12, 13, 72, 73, 106, 166

## **L**

Lógica 27, 32, 39, 41, 42, 44, 93, 96, 110

## **M**

Meio local 143, 145, 153, 154

Mito 3, 4, 41, 98, 99, 101, 104, 105, 109, 110

Mitologia nórdica 98, 99, 100, 101, 103, 109, 110

Modelagem matemática 4, 126, 127, 128, 129, 130, 131

Mulheres 3, 7, 20, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 79, 83, 99, 100, 104, 106, 107, 111

## **N**

Negociações de paz 47

## **P**

Paisagem 5, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 165

Pandemia 6, 12, 75, 76, 78, 82, 83, 154, 156

Participação política 3, 47, 49, 56, 57, 58

Período de transição 47, 49, 52, 55, 60

Pessoa com deficiência 3, 19, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29

Pós-guerra 22, 47

Povos indígenas 4, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 125

Programa de aprendizagem 1, 2, 8, 12

## **R**

Ragnarök 4, 98, 99, 101, 105, 108, 111

Redes sociais 14

Representações femininas 4, 98

## **S**

Saúde 2, 4, 35, 37, 38, 54, 55, 59, 70, 75, 76, 82, 114

Segurança 33, 48, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Seletividade 3, 63, 66, 68, 72, 73

Sociedade 2, 8, 10, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 48, 51, 53, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 69, 73, 98, 99, 101, 104, 105, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 124, 127, 128, 139, 140, 143, 147, 160, 163

Sufrimento social 30, 38

Sustentabilidade 116, 117, 119, 123

## **T**

Tolerância zero 3, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74

Trabalho 3, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 25, 28, 30, 31, 32, 48, 54, 61, 63, 65, 66, 73, 80, 81, 98, 100, 101, 106, 110, 132, 134, 136, 137, 141, 142, 151, 156, 159, 160, 161, 165

Turismo cultural 5, 159, 160, 163, 164, 165

## **V**

Violência 48, 50, 51, 55, 56, 58, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 73, 162

Virgílio 4, 112, 113, 114, 115

## **W**

Web 2.0 3, 14, 15, 16, 17, 18

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

✉️ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

📷 @atenaeditora

📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

✉️ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

📷 @atenaeditora

📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022